

# ENTRE A AMOROSIDADE E A JUSTA IRA, RESISTIREMOS!: A PRESENÇA DE PAULO FREIRE NA TRAJETÓRIA DE UMA PROFESSORA- EDUCADORA POPULAR

*Liana Borges<sup>21</sup>*

Inicialmente, com alegria, agradeço o convite para participar desta homenagem do NESEF e da UFPR ao Paulo Freire, ano em que comemoramos 100 anos de seu nascimento. Escrever um ensaio sobre a presença do educador em minha formação-ação profissional e militante requer humildade, pois, nestes 40 e poucos anos de ativismo, sempre estive na companhia de muitas pessoas, algumas, inclusive, mais que colegas e companheiras(os), se tornaram amigas(os) imprescindíveis.

Este convite também me instiga a (re)pensar meu lugar no mundo, desde Porto Alegre, cidade em que nasci (1960) e vivo desde então. Sou filha de servidores públicos aposentados – mãe, professora; pai, delegado de polícia, ambos católicos, humanistas e bastante conservadores. Certamente, neles busquei as inspirações humanitárias e com eles aprendi que a ética deve ser nossa guia-mestra, porém, também deles partiu minha rebeldia à esquerda (Se bem que à direita não poderia ser!) e a filiação partidária.

21 Professora aposentada, coordenou a Educação de Jovens e Adultos - EJA em Porto Alegre (1989/1998) e no Rio Grande do Sul (1999/2002). Representou a Rede MOVA-Brasil na CNAEJA e contribuiu com a construção do Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas (Brasília/2014). Atualmente é Curadora da Rede Nacional Café com Paulo Freire. Dra em Educação PUCRS.

As inquietações diante das injustiças de todas as ordens são minhas parceiras incansáveis – às vezes, imagino, são elas que não me suportam. Que tempos são estes! O mundo assolado por uma pandemia sem-igual e o Brasil dando passos largos em direção ao obscurantismo.

Assistimos, estupefatas(os) e imobilizadas(os), a retirada de direitos, a minimização do Estado diante da oferta de políticas públicas sociais, a volta da fome, o alargamento da miséria extrema e, sobretudo, a total ausência do poder público federal no combate ao Covid-19.

Do lugar da esperança enquanto luta, portanto, como verbo – esperar, retomo Paulo Freire para me questionar sobre o que está acontecendo: Como é possível que alguns naturalizem as mais de 300 mil mortes de familiares, amigos(os) ou até mesmo de estranhos? O que aconteceu com uma parte da humanidade que aceita que a Ciência ceda lugar ao negacionismo e que o conhecimento perca espaço para as notícias falsas?

Pode soar estranho iniciar uma (auto)reflexão desta forma, por isso justifico com três simples argumentos: primeiro, porque faço a mim mesma, diariamente, estes questionamentos, portanto, minha reflexão sobre a influência de Paulo Freire, particularmente neste tempo-presente, está encharcada desta cruel realidade – e não poderia ser diferente.

Segundo, para provocar-lhes a pensar tanto sobre a potência quanto a pertinência do pensamento do educador como impulsionador do trânsito da consciência ingênua à crítica, com vistas à construção de inéditos-viáveis e de saídas coletivas que possam enfrentar o desmonte do país e do planeta. Deste lugar, especialmente, fica possível identificar e compreender os ataques persecutórios e raivosos a ele dirigidos, bem como de quem partem.

Por fim, se nos colocamos na posição de “Freirear” na vida concreta, cabe a nós estreitarmos, cada vez mais, a relação entre o que pensamos e o que fazemos, entre a teoria freiriana e nossas ações cotidianas, porque a trama teoria-prática-práxis suscita, pelo menos para mim, os seguintes questionamentos: A favor de quem e contra quem estou? Que mundo e que Brasil quero ajudar a construir? Para quem é professora/educadora ou professor/educador, que educação e qual escola temos e queremos?

Perguntas atuais, urgentes e necessárias. Ultrapassam o espectro teórico-epistemológico (Com quais autoras e autores vou me alinhar?), pois abarcam os dilemas da existência humana, de raiz filosófica, do tipo “de onde vim e para onde vou”, e com quem e como vou?

Conforme Paulo Freire, não basta a denúncia sem anúncio, já que não é suficiente observar e refletir sobre a conjuntura do país descolada da elaboração de alternativas que possibilitem a superação do projeto neoliberal em namoro com o fascismo, pois,

A denúncia e o anúncio criticamente feitos no processo de leitura do mundo dão origem ao sonho porque lutamos. Este sonho ou projeto que vai sendo perfilado no processo de análise crítica

da realidade que denunciemos está para a prática transformadora da sociedade como o desenho da peça que o operário vai produzir e que tem em sua cabeça antes de fazê-la (FREIRE, 2001, p. 21).

Faço parte de uma geração que viveu e sofreu as consequências da ditadura militar na infância, na adolescência e em parte da juventude. Em 1964, eu tinha 4 anos, ingressei no Ensino Médio em meados dos anos 70, concluí o Magistério em 1979, mesmo ano em que ingressei na PUCRS para cursar Filosofia, opção inspirada pela professora da disciplina, em 1977.

Para além das brincadeiras na rua e na escola, e das festinhas de aniversário, não tenho muitas memórias dos anos 60, mas uma recordação ainda é presente. Acho que foi em 1966/1967, lembro da roupa de uma boneca que eu amava (a Amiguinha) e que eu usava para passear com meus pais. Certa vez, voltávamos de uma feira, e eu tinha arrecadado dezenas de papezinhos de propaganda de produtos distribuídos nas barracas dos expositores.

Aproveitando o vento que batia pela janela do carro, picava aqueles folhetos e jogava fora, em plena Avenida Ipiranga, quando, de repente, meu pai foi parado pela polícia, pois os policiais julgaram que os panfletos tinham conteúdo subversivo – claro que meu entendimento sobre o episódio se deu muito tempo depois, porque o que me disseram é que era proibido jogar lixo nas ruas. Apenas chorei com o fim do passatempo nada ecológico!

Os anos 70 foram marcados pelas festinhas nas garagens, pela frequência assídua ao Clube do Professor e pela Jovem Guarda, de quem sou fã até hoje, preferência que me custa caro, já que algumas amigas consideram um equívoco político imperdoável. Na segunda metade desta década, depois de ter sido reprovada no 1º ano do curso de Análises Clínicas (ainda bem que descobri em tempo que minha opção seria pela via das Humanas), fui fazer Magistério, provavelmente fruto da influência materna.

Estudei em uma escola privada, da congregação Irmãs de São José, bem-conceituada no Rio Grande do Sul, reconhecida como uma Educação menos tradicional em função da presença de religiosas “mais avançadinhas”, pedagogicamente falando.

Foi no 2º ano do curso, como já referi anteriormente, que tivemos aula de Filosofia com uma professora leiga, com um estilo muito diferente das demais docentes – ela era “bicho grilo” como eu –, e ia à escola de moto! Foi ela quem me apresentou Paulo Freire através do livro *Pedagogia do Oprimido*, cuja capa estava descaradamente disfarçada com um papel colorido. Além da leitura do livro em horários diversos aos das aulas para não dar pistas às freiras, este final de década foi marcado por outras três experiências que se constituíram como um divisor de águas em minha vida juvenil – eu tinha entre 17 e 19 anos.

Com uma consciência desfocada e ingênua sobre aquele tempo de vida e sobre o que se sucederia, nos embalos do Festival de Música

Pixinguinha (Na Reitoria da UFRGS, eu batia o ponto todas as semanas!), acompanhei por pouco tempo uma experiência de alfabetização de mulheres com o método Paulo Freire, na periferia de Porto Alegre.

Apesar de ocupar um lugar secundário na sala de aula, pois eu era auxiliar da alfabetizadora, tive a possibilidade de aprender o passo-a-passo para a escolha das Palavras Geradoras e compreender como se dava a combinação das sílabas para formação de novas palavras. Não cheguei a participar de reuniões de estudo e de planejamento, mas sabia que eram frequentes e que cada vez mais os grupos de alfabetização buscavam acessar e afirmar as ideias de Paulo Freire nas suas práticas alfabetizadoras.

A segunda experiência foi mais duradoura, pois se estendeu por 4 anos, na faculdade de Filosofia, de 1980 até 1984, sendo que o curso foi marcado pela transição política no país, ou seja, o fim da ditadura militar e o começo da redemocratização. Em decorrência deste contexto, tivemos uma formação mais filosófico-cristã, porém, ao longo destes 4 anos, o Instituto de Filosofia ofereceu cursos de extensão sobre Hegel, Heidegger, Jaspers, Marx, Ortega Y Gasset, Kierkegaard, entre outros, inclusive, sobre Paulo Freire (este aconteceu na Faculdade de Educação) e nós (minha turma tinha outros 7 estudantes) participamos de quase todos. Para resumir, nossa formatura teve como trilha sonora “Pra não dizer que não falei de flores”, de Geraldo Vandré.

A terceira experiência começou concomitantemente ao ingresso na PUCRS, pois, em agosto de 1980, fui contratada (não existia concurso público) como professora na rede estadual de ensino. Assumi em uma escolinha de madeira pintada de verde escuro, chamada de Brizoleta (herança do governo de Brizola, no RS), que atendia os primeiros anos do ensino fundamental, no bairro Partenon, e se localizava no pátio de um quartel, em uma esquina movimentada da capital.

No primeiro dia de trabalho, que coincidiu com o meu aniversário de 20 anos, a diretora me recebeu com uma fala, como se diz, “nua e crua”, mais ou menos assim: *Liana, fica tranquila, vais ficar com uma turminha de 1ª série, com crianças com múltiplas repetências, com dificuldades emocionais e de aprendizagem, e que não apresentam condições de se alfabetizarem. Não te preocupa!*

O Magistério não me apresentou a realidade da periferia, não sabia alfabetizar crianças (A Abelhinha era o método em voga!), ignorava alternativas que pudessem me ajudar a derrubar aquele rótulo tão profundamente gravado nas testas daquelas meninas e daqueles meninos. Enfim, uma luz vermelha e piscante acendia na minha consciência e uma questão ecoava dentro de mim: Não é possível, o que me cabe aprender e fazer para mudar esta realidade?

Ao longo da década de 80, este questionamento me acompanhou quase que em tempo integral e, muitas vezes, provocou um certo desespero, porque o trabalho docente naquela Brizoleta era completamente solitário. As colegas se curvaram, passivamente, aos estereótipos atribuídos às crianças, tanto pela direção da escola quanto pela sociedade.

Felizmente (Lembrem que eu não optei pela Pedagogia!), como a maioria das minhas ex-colegas de Magistério, as portas começaram a se abrir, e estes 10 anos entre 1980/1990 se caracterizaram por um sem-número de oportunidades de estudo e de trocas com outras professoras que se alinhavam ao meu sentimento de solidão pedagógica, bem como à possibilidade de experimentar novos desafios como professora-alfabetizadora e como militante sindical, partidária e em defesa da Escola e da Educação Pública.

Tenho convicção que minha geração, seja como mulher ou como educadora, tinha duas opções: ou pendia para uma visão de mundo mais à direita ou para esquerda, já que não havia a alternativa de ficar em cima do muro. Escolhi meu lado e fui em busca de seminários e congressos nacionais de educação e entrei de cabeça nas lutas sindicais no CPERS-Sindicato. Após onze anos na Brizoleta, fui alfabetizar em uma escola estadual que se localizava dentro de uma casa da ex-Febem (FASE) e que atendia meninos privados de liberdade. Na sequência, fiz parte de um coletivo que, a convite da Secretaria de Educação do RS, criou uma Escola Aberta, espaço de escolarização para crianças e adolescentes em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social – experimento que fundamentou a criação da EMEF Porto Alegre, mais ou menos dez anos depois.

Em meados dos anos 90, pedi demissão do Estado do RS, porque, dez anos antes, assumi como professora concursada, de Estudos Sociais, na Rede de Ensino de Porto Alegre, na EMEF Ildo Meneghetti, no turno da noite. Em 1985, filei-me ao PT e assumi tarefas na Associação de Trabalhadores/as em Educação (ex-APMPA, hoje ATEMPA) e, entre os anos de 1986/1988, na SMED, coordenei a equipe de alfabetização de crianças, cuja tarefa me colocou, pela primeira vez, no lugar de gestora de políticas públicas, com ênfase na formação continuada.

Por fim, os anos de 1986 a 1988 foram muito importantes, pois estreitei relações com companheiras e companheiros ligados ao Partido e à elaboração de Programas de Governo para a Educação direcionados às Administrações Populares. Neste contexto, como Paulo Freire era um militante partidário, e assim se assumia publicamente, tive a chance de conhecê-lo pessoalmente e através de suas obras, uma vez que ele já havia retornado do exílio e seus escritos chegavam ao Brasil com mais facilidade.

Trago à baila estes elementos para que sejam percebidos como um mosaico diverso de possibilidades, mas, sobretudo, de oportunidades singulares, mas, como se diz popularmente, *nada caiu do céu*. Talvez a expressão “estou do lado certo da História” seja uma boa referência para estes anos e para os anos seguintes, 1990/2003, período em que me dediquei aos estudos sobre o pensamento de Paulo Freire, mas articulado à gestão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, assim como na militância política e pedagógica em defesa desta modalidade de ensino.

Em consequência da eleição de Olívio Dutra para prefeito de Porto Alegre (gestão 1990/1992), assumi, na companhia de outras

pessoas, a coordenação da EJA na Secretaria Municipal de Educação (SMED-POA), e permaneci nesta condição até 1998, porque, nos quatro anos seguintes, acompanhei o Olívio, como governador do Estado do RS, na direção da EJA, na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RS).

Antes de tecer alguns comentários sobre a gestão na SMED-POA, é importante destacar a importância de Paulo Freire no cargo de Secretário de Educação de São Paulo (SMED-SP), aceitando o chamado da Prefeita Luiza Erundina. As repercussões decorrentes da presença do educador à frente da pasta da educação são incontáveis, mas quero destacar uma, a que mais me afeta diretamente, pois tem a ver com a EJA.

É importante assinalar que a administração de Paulo Freire foi fonte de inspiração para a construção da Escola Cidadã de Porto Alegre como um todo. A rede de ensino municipal foi protagonista na produção dos Ciclos de Formação, da estruturação da gestão democrática, da reestruturação administrativa e das condições humanas e materiais das escolas.

As(os) trabalhadoras(es) de educação participaram de incontáveis espaços e momentos de formação pedagógica por meio de seminários nacionais e internacionais, com palestrantes e assessorias identificados com a Educação Popular e com outros campos de conhecimento que asseguram o direito à educação na perspectiva de desenvolvimento humano integral e inclusivo, na busca da justiça social e da cidadania ativa.

Voltando ao tema da EJA, mas sem nos atermos à história da modalidade no país, pois não é a pauta deste ensaio, considero que a Educação Popular deu uma virada de página a partir da gestão de Paulo Freire – a Educação Popular antes e depois de Paulo Freire em São Paulo.

Antes de São Paulo, ainda estava muito vigente uma visão que pensava a Educação Popular fora da institucionalidade e da escola e muito ligada à alfabetização de adultos – daí os conceitos de “educação não-formal” e “educação de adultos”. Contudo, não penso que já superamos estes dois mitos em relação a Paulo Freire, mas há avanços inegáveis quanto à relevância de inserir os princípios da Educação Popular nas políticas públicas educacionais, assim como em outros setores, tais como saúde, meio-ambiente, questões identitárias, entre outras.

Antes de São Paulo, Paulo Freire e sua equipe assumiram os fundamentos da Educação Popular como basilares na relação com a rede de ensino, com as comunidades escolares e com a sociedade civil. Exemplificando, cito a construção da gestão democrática da escola, o Movimento de Reorganização Curricular e a política de formação continuada das(os) trabalhadoras(es) em educação, experiências que pude acompanhar de longe e de bem perto.

No que tange à EJA, visto que os governos de São Paulo e de Porto Alegre aconteceram concomitantemente, testemunhei, vivenciei e tive a chance de ser protagonista na elaboração das primeiras orientações para as políticas públicas de EJA com base na Educação Popular.

A título de ilustração, participei de um grupo composto por administrações populares, coordenado pelo CEDI (hoje, Ação Educativa), que se reunia em SP, a cada dois meses, com o objetivo de traçar princípios, metas, objetivos e bases curriculares para a EJA.

Deste processo, resultou uma publicação que até hoje tem validade, uma vez que os retrocessos que vimos enfrentando nos levam aos tempos do Ensino Supletivo, política concebida nos governos militares, marcada pelo assistencialismo e pela precariedade pedagógica, situada às margens do Sistema de Educação do país.

Ainda sob influência de Paulo Freire, mas com a expressiva contribuição de Pedro Pontual, acompanhei a criação do MOVA-SP, e o seu desenrolar, sendo que o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos fez parte da EJA, mas voltado às parcerias entre a SMED-SP e a sociedade civil organizada. Anos mais tarde (1997), na terceira Administração Popular em Porto Alegre, e com a EJA enraizada na Rede de Ensino e na cidade, criamos o MOVA-POA, com a orientação de Pedro Pontual. Segundo Pontual, nossa experiência avançou em alguns quesitos, em especial, sobre a conexão com os movimentos sociais, pois contamos com um(a) Animador(a) de Alfabetização em cada uma das dezesseis regiões do Orçamento Participativo.

Esta pessoa tinha como tarefa levar o MOVA-POA até às comunidades, apoiar na busca ativa de pessoas não alfabetizadas, contribuir com a organização dos documentos necessários ao estabelecimento do convênio com a SMED-POA e acompanhar a organização das turmas de alfabetização. Este conjunto de atividades tinha como objetivo central a construção de uma Cultura de Alfabetização na perspectiva da Educação Popular.

Para encerrar o relato sobre a gestão da EJA na SMED-POA, o ano de 1995 foi um dos mais importantes, pois contamos com a vinda de Paulo Freire a Porto Alegre, no Congresso da EJA. Assim como fizemos nos anos anteriores, preparamos com antecedência momentos de estudo em cada escola e por região da cidade, sendo que, para isso, compramos exemplares do livro *A Importância do Ato de Ler* para que as(os) professoras(es) trabalhassem em sala de aula com os estudantes.

Na noite do dia 01/12/1995, no ginásio Tesourinha, com muito calor, recebemos o corpo docente da EJA, mais de 2 mil educandas e educandos, bem como servidores da SMED e de outros órgãos da administração municipal, e o público em geral. Paulo Freire já se encontrava adoentado, então, me solicitou que atendesse seu pedido para parar de falar quando ele fizesse um sinal com a mão dele tocando na minha. Ele falou em torno de 45 minutos e eu já estava atenta ao seu sinal, quando uma chuva muito forte começou a bater no telhado de zinco no ginásio e, neste exato momento, senti a mão dele sinalizando que estava na hora de parar.

Sem entrar no mérito político-pedagógico, ressalto que a política pública de EJA, forjada e aprofundada nos dezesseis anos de governo popular, permanece até o presente momento. Portanto, são mais de trinta anos de oferta de ensino fundamental na cidade para pessoas

acima de 15 anos, certamente, uma das experiências mais longevas desta modalidade de ensino e que serviu e serve de inspiração a outras cidades e estados do país.

Quem conhece minimamente a história da EJA pode se perguntar como isto aconteceu, porque o mais comum é a interrupção da oferta, quando há alternância no comando dos governantes. Atribuo a resposta a duas explicações: uma, o caráter político-pedagógico com uma identidade explicitamente freiriana, porque as professoras e professores envolvidas(os) acabam por encarar o trabalho docente também como militância e, portanto, defendem a EJA com propriedade; outra, em função da histórica construção coletiva, horizontal e participativa de todos os sujeitos que fazem a EJA acontecer. A formação continuada, por exemplo, se dava no horário de trabalho, semanalmente.

Todavia, desde o governo municipal de Marchezan Junior (2017/2020) até o atual de Sebastião Melo, vivenciamos o desmonte gradativo da proposta político-pedagógica e da oferta de EJA em Porto Alegre, exatamente como está ocorrendo no RS e no Brasil. Finalmente, revirando o baú da minha memória, recordei que recebemos da Unesco o título de cidade livre do analfabetismo.

Chegamos em 1999, primeiro ano da gestão de Olívio Dutra como governador do RS. Juntamente com a professora Lucia Camini, secretária de educação, fui coordenar a EJA no estado. A rede estadual não me era estranha e, por isso, nós sabíamos (Estive acompanhada de colegas e amigas que trabalharam comigo na SMED-POA.) que a caminhada seria distinta daquela de Porto Alegre, já que no estado a EJA herdava uma história de suplência consolidada, portanto, reconstruir esta modalidade a partir dos pressupostos da Educação Popular foi o maior desafio.

Fomos eleitos com a marca do diálogo, da construção coletiva, da trajetória inspiradora do Orçamento Participativo, da identificação com a gestão da SMED-POA e, sobretudo, com o paradigma da Educação Popular a partir de Paulo Freire.

Para tanto, desenvolvemos a Constituinte Escolar e todas as modificações estruturais e curriculares se deram através de muito diálogo, de respeito às histórias da rede estadual e de cada uma das escolas, inclusive, a reorganização da EJA seguiu o mesmo caminho. Quanto ao MOVA-RS<sup>22</sup>, cuja inspiração foi o MOVA-SP de Paulo Freire e Pedro Pontual, diferentemente do percurso de Porto Alegre, lançamos o Movimento poucos meses depois de iniciarmos o governo, pois o processo de emparceiramento com a sociedade civil organizada seria complexo, já que o RS tem 495 municípios – cada cidade contou com um(a) Animador(a) de Alfabetização.

Ao final dos 4 anos, o MOVA-RS esteve presente em 90% do estado e, sendo assim, foi necessário efetivar mais de 400 convênios, sendo que estiveram em processo de alfabetização ou foram alfabetizados em torno de 200 mil pessoas a partir de 15 anos de idade.

22 Minha tese de doutorado aprofunda o tema dos MOVAs, do MEB e MOBRL. TEDE PUCRS: Buscando no repositório. Na dissertação encontrarão o MOVA-SP e o MOVA-RS.



O MOVA-RS, além de ter sido o primeiro Movimento estadual, também foi o mais abrangente, visto que montamos 8.000 grupos de alfabetização, com uma alfabetizadora para cada 10 alfabetizandas(os), embora fosse possível abrir uma sala com um número menor se o município ou o local da sala demandasse. A formação continuada ficou sob responsabilidade de 1.500 Apoiadoras(es) Pedagógicas, pois a formação inicial e continuada recebeu total prioridade, orçamentária e político-pedagógica.

Assim como no MOVA-SP, e em todos os MOVA's, as opções teóricas partiram da Educação Popular Freiriana, sobretudo, a metodologia do Tema Gerador, da análise da história da Educação de Jovens e Adultos, do conhecimento da Psicogênese da língua escrita e da organização do planejamento cotidiano das mediações pedagógicas.

Minhas andarilhagens freirianas em defesa do legado de Paulo Freire e, especialmente, na reescrita de sua obra no contexto das políticas públicas de EJA, concomitantemente ou não às gestões de Porto Alegre, seguiram outros caminhos. Ressalto que, como representante da Rede MOVA-Brasil, estive na equipe que compôs o Marco de Referência da Educação Popular para As Políticas Públicas<sup>23</sup>, material elaborado na gestão da presidenta Dilma Rousseff e lançado um pouco antes do golpe, em 2016.

Para finalizar este ensaio, não-somente como enlace desta caminhada como professora-educadora, mas como devolução dos aprendizados que me fizeram ser quem sou, chegar aonde cheguei e conhecer tantas e tantas pessoas comprometidas com um mundo justo para todas(os), em meados de 2018, criamos o Café com Paulo Freire<sup>24</sup>.

A campanha eleitoral começava a preocupar parte das(os) brasileiras(os), mas nem de perto se imaginava o que estamos vivendo atualmente, então, conversando com uma amiga, Ana Felícia Trindade, sobre as eleições para a presidência da república e como resistir e problematizar os ataques a Paulo Freire, decidimos criar um grupo de estudos entre amigas com a finalidade de (re)estudar as obras do educador, mas com os pés e o coração fincados na realidade do Brasil.

O Café com Paulo Freire, portanto, nasceu com este compromisso e com a tarefa de recriar seu pensamento, recomendação que ele mesmo nos deixou. Em menos de 2 anos, o Café se espalhou pelo país e, neste momento, estão 31 em funcionamento, localizados em 11 estados e no Distrito Federal.

Ressignificar os caminhos em defesa do legado de Paulo Freire tem sido uma alegria, especialmente porque a juventude e as comunidades têm expressado grande interesse em conhecer e estudar o pensamento freiriano, tanto de Paulo Freire quanto de educadoras e educadores que vêm dando prosseguimento à práxis da Educação

23 A íntegra do documento está em [www.participa.br/articles/public/0007/2854/educ\\_popular\\_1205.pdf](http://www.participa.br/articles/public/0007/2854/educ_popular_1205.pdf)

24 Para acompanhar nossas atividades, procure as redes sociais do Café com Paulo Freire. Para abrir um Café, escreva para [cafecompaulofreire@gmail.com](mailto:cafecompaulofreire@gmail.com)

Popular. Contemporâneas(os) do educador, seguidoras(es) que com ele conviveram, e minha/nossa geração.

O vigor ético, político e pedagógico do legado de Paulo Freire é potente e quase uma unanimidade (Ainda bem que não é unânime!), porque é uma teoria que apresenta uma prática que prescinde de uma teoria, para assim se fazer na práxis concreta, direcionada à construção da justiça social através de uma concepção dialética da educação, a qual promove a problematização a partir da leitura crítica da realidade.

Falo da transformação das situações-limites que nos provocam a Justa Ira diante da negação do direito de Ser Mais, da não aceitação das injustiças e da supressão de direitos.

A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de “ser mais” inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina, é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. (FREIRE, 1996, p. 52).

A Justa Ira freiriana não se alinha à cultura do ódio que vem sendo largamente defendida e posta em prática pelo chefe da nação, ao contrário, ela é parceira da amorosidade e da esperança. Para Freire, a amorosidade está à serviço da libertação dos desvalidos, “onde quer que esteja estes, os oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da sua libertação. Mas este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (FREIRE, 2001, p. 111).

A atualidade de seu pensamento está, ou deveria estar, em nossas mãos, nas mãos de freirianas e freirianos, e é esta a comemoração que o aniversariante merece, tal como o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe – CEAAL recomenda: Comemorar o centenário de Paulo Freire, refletir e recriar sua teoria e mobilizar para superação das situações-limites geradas ou aprofundadas pela pandemia e pelo governo negacionista e fascista, te convido para dialogarmos e para festejarmos juntas e juntos, no dia 19/09/2021, e em todos os anos subsequentes.

## Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.